

SUMÁRIO

NOTA À QUARTA EDIÇÃO.....	7	6. Função social da empresa: a lei da recuperação de empresas e da falência...	55
APRESENTAÇÃO	9	IV. O EMPRESÁRIO.....	56
Capítulo 1			
INTRODUÇÃO AO DIREITO EMPRESARIAL			
I. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO EMPRESARIAL	23	1. Introdução.....	56
1. Introdução.....	23	2. O empresário individual.....	58
2. Egito e Mesopotâmia	24	3. Incapacidade e impedimentos para a atividade empresarial.....	59
3. Grécia e Roma	24	3.1. Incapacidade	59
4. A queda do Império Romano e a Idade Média.....	26	3.2. Exercício da empresa pelo incapaz	61
5. Evolução histórica – do direito comercial AO direito empresarial.....	27	3.3. Impedimentos.....	63
5.1. Primeira fase (subjativa) – o direito do comerciante.....	27	4. O microempreendedor individual (MEI).....	65
5.2. Segunda fase (objetiva) – o direito do ato de comércio.....	30	V. REGISTRO EMPRESARIAL	66
5.3. Terceira fase – A teoria da empresa	32	1. Introdução.....	66
5.4. A evolução do direito empresarial no Brasil.....	35	2. Características	67
II. FONTES DO DIREITO EMPRESARIAL.....	38	3. Organização administrativa.....	69
III. PRINCÍPIOS DO DIREITO EMPRESARIAL.....	40	4. Objeto do registro das sociedades empresárias.....	72
1. Introdução.....	40	4.1. Matrícula.....	72
2. Princípio da livre iniciativa	44	4.1.1. Registro dos corretores..	73
2.1. A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica	47	4.2. Arquivamento	74
3. Princípio da livre concorrência.....	49	4.3. Autenticação	84
4. Princípios da propriedade privada e da função social da propriedade.....	51	5. Registros complementares.....	85
5. Função social da empresa: da Constituição à Lei anticorrupção.....	53	5.1. Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ	85
		5.2. Conselhos Profissionais.....	85
		VI. NOME EMPRESARIAL	85
		1. Introdução.....	85
		2. Firma individual ou social.....	87
		3. Denominação	88
		4. Princípios aplicáveis ao nome empresarial	88
		5. Nome empresarial e tipos de sociedades.....	90

6. Registro do nome e seus efeitos	93	IX. QUADROS SINÓTICOS	121
7. Nomes não registráveis	96	X. JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA ...	134
8. Cancelamento e extinção do registro do nome empresarial	97	1. Súmulas	134
VII. ESTABELECIMENTO E SEU REGIME JURÍDICO	98	2. Jurisprudência	135
1. Introdução	98	Capítulo 2	
2. Caracterização e qualificação jurídica ..	98	DIREITO SOCIETÁRIO	
2.1. Estabelecimento rural	101	I. INTRODUÇÃO	145
2.2. Estabelecimento virtual	101	1. A formação da sociedade	145
2.3. Os centros comerciais (<i>shopping centers</i>)	101	2. A sociedade como espécie de pessoa jurídica	147
3. Elementos do estabelecimento	102	II. CLASSIFICAÇÕES DAS SOCIEDADES...	148
3.1. Sinais distintivos	103	1. Quanto à liberdade de constituição e de funcionamento	148
3.2. A proteção judicial do ponto, na locação comercial	106	2. Quanto à nacionalidade	149
4. Estabelecimento e concorrência	107	3. Quanto à personalidade jurídica	150
5. Pluralidade de estabelecimentos	108	4. Em razão do número de sócios	150
6. O estabelecimento como objeto de direitos e contratos, em geral	110	5. Em razão da natureza jurídica	151
6.1. Alienação do estabelecimento ...	110	6. Em relação à responsabilidade dos sócios	152
6.2. Arrendamento e outros negócios jurídicos	112	7. Em relação ao ato de constituição	152
VIII. REGIME JURÍDICO DA CONTABILIDADE EMPRESARIAL.....	113	8. Em relação ao objeto social	153
1. Introdução	113	9. Em razão do modo de exercer suas atividades	153
2. A obrigatoriedade dos registros contábeis	113	10. Em razão da titularidade do capital social	157
3. Livros obrigatórios	115	III. SOCIEDADES PERSONIFICADAS	158
4. Formalidades dos livros e dos registros contábeis	116	1. Sociedade simples	158
5. Sanções pela falta ou incorreção da escrituração	116	1.1. Contrato social	158
6. O sigilo dos registros contábeis e suas exceções	117	1.2. Direitos e obrigações dos sócios	162
7. A exibição integral dos livros e documentos contábeis	118	1.3. Administração	164
7.1. Fora do processo judicial	118	2. Sociedade em nome coletivo	166
7.2. Judicialmente	119	3. Sociedade em comandita simples	167
8. Exibição parcial	119	4. Sociedade limitada	169
9. Regras de prova, no processo judicial ...	120	4.1. Introdução	169
		4.2. Legislação aplicável	170
		4.3. Sociedade de pessoas ou sociedade de capitais	171
		4.4. Contrato social	172

4.5. O capital social	172	2. Sociedade em conta de participação (SCP).....	245
4.6. Prestações acessórias.....	174	V. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	250
4.7. As quotas.....	175	1. Transformação.....	251
4.8. Administração	178	2. Incorporação	253
4.9. Distribuição dos resultados.....	182	3. Fusão.....	253
4.10. Conselho Fiscal.....	182	4. Cisão.....	254
4.11. Assembleia-Geral e Reunião de sócios	184	VI. GRUPOS DE SOCIEDADES: COLIGAÇÃO E CONTROLE.....	256
4.12. Direito de retirada.....	185	VII. DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DAS SOCIEDADES	261
4.13. Exclusão de sócio	187	1. distinções prévias.....	261
5. Sociedade limitada unipessoal.....	190	2. Dissolução	261
5.1. Ato constitutivo.....	191	2.1. A dissolução irregular.....	264
5.2. Composição do nome empresarial	191	2.2. Dissolução parcial.....	265
5.3. Responsabilidade do sócio único ...	191	3. Liquidação	268
6. Sociedades por ações.....	192	4. Extinção.....	270
6.1. Comandita por ações	192	VIII. DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DAS SOCIEDADES POR AÇÕES	270
6.2. Sociedade anônima.....	193	1. Dissolução	271
6.2.1. Introdução	193	1.1. Dissolução parcial.....	271
6.2.2. Aspectos gerais da sociedade anônima.....	194	2. Liquidação	274
6.2.3. Companhias abertas e fechadas.....	195	3. Extinção.....	276
6.2.4. O Mercado de Capitais e a Comissão de Valores Mobiliários.....	196	IX. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	276
6.2.5. A constituição da sociedade anônima.....	198	X. QUADROS SINÓTICOS	284
6.2.6. Capital social.....	201	XI. JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA ...	307
6.2.7. Títulos emitidos pela companhia	203		
6.2.8. O acionista	217		
6.2.9. Órgãos sociais	223		
6.2.10. Livros sociais	239		
6.2.11. Reservas e dividendos ...	240		
6.2.12. A Sociedade Anônima do Futebol – SAF.....	242		
IV. SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS	244		
1. Sociedade em comum.....	244		

**Capítulo 3
TÍTULOS DE CRÉDITO**

I. INTRODUÇÃO	321
1. Conceito	323
2. Princípios do Direito Cambiário	323
2.1. Princípio da cartularidade (ou da incorporação)	323
2.2. Princípio da literalidade	324
2.3. Princípio da autonomia	325

3. Classificações dos títulos de crédito.....	326	1. Origem	357
3.1. Quanto à forma de circulação	326	2. Estrutura	358
3.2. Quanto ao modelo	326	3. A duplicata escritural	359
3.3. Quanto à estrutura.....	327	4. Jurisprudência sobre a emissão de duplicata.....	363
3.4. Quanto à hipótese de emissão...	327	5. Remessa e devolução.....	365
4. Títulos de crédito e o Código Civil	327	5.1. Aceite	365
5. Títulos de crédito virtuais, eletrônicos ou escriturais – desmaterialização e princípios cambiais.....	329	5.2. A recusa da devolução da duplicata.....	366
II. LETRA DE CÂMBIO.....	330	6. Triplicata.....	366
1. Origens.....	330	7. Vencimento e Pagamento	366
2. Legislação aplicável	331	8. Aval.....	368
3. Saque	332	9. Protesto.....	368
4. Aceite	334	9.1. Protesto por indicação	368
5. Endosso	335	9.2. Intimação do protesto.....	369
5.1. Modalidades	336	9.3. Sustação, cancelamento, averbação e suspensão do protesto.....	369
6. Aval.....	338	9.4. Juros e correção monetária.....	370
7. Pagamento	339	10. Prescrição.....	370
8. Protesto.....	340	VI. TÍTULOS DE CRÉDITO IMPRÓPRIOS ...	371
9. Ação cambial	344	VII. TÍTULOS DE CRÉDITO REPRESENTATIVOS	372
III. NOTA PROMISSÓRIA	344	1. Conhecimento de depósito e <i>warrant</i> ...	372
1. Requisitos formais.....	346	1.1. Qualificação.....	373
2. Vencimento. Protesto. Prescrição	347	1.2. Requisitos.....	373
3. Execução	347	1.3. Circulação. Endosso.....	374
4. Nota promissória vinculada a contrato ...	348	1.4. Liberação da mercadoria.....	376
5. Emissão por mandatário	348	2. Certificado de depósito agropecuário e <i>warrant</i> agropecuário	376
6. Notas comerciais – <i>commercial papers</i> ...	348	2.1. Qualificação.....	377
IV. CHEQUE	350	2.2. Requisitos.....	378
1. Conceito	350	2.3. Registro	379
2. Modalidades	351	2.4. Endosso	379
3. Aval.....	352	2.5. Aval.....	380
4. Apresentação, pagamento e prescrição.....	352	2.6. Protesto.....	380
4.1. Recusa de pagamento.....	353	2.7. Retirada do produto ou transferência de propriedade....	380
4.2. Ação cambiária.....	354	2.8. Aspectos penais da emissão irregular dos títulos.....	380
4.3. Ação monitória.....	354		
5. O cheque pós-datado.....	355		
6. Sustação	356		
V. DUPLICATA.....	357		

4.1.8. Técnicas cirúrgicas, métodos terapêuticos ou de diagnóstico	445	7.5. Relações entre a Administração Pública e os seus servidores.....	458
4.1.9. Seres vivos e materiais biológicos.....	445	8. Extinção da patente de invenção	458
4.2. Invenções e modelos não patenteáveis.....	446	III. SINAIS DISTINTIVOS: TIPOS E REGIME JURÍDICO	459
4.2.1. Contrários à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde pública.....	446	IV. DESENHOS INDUSTRIAIS.....	460
4.2.2. Referentes ao uso da energia atômica	446	1. Titularidade.....	460
4.2.3. Seres vivos e micro-organismos	446	2. Registro	461
5. Da titularidade e do registro	446	3. Vigência do registro.....	462
5.1. Da titularidade	446	4. Extinção do registro	462
5.2. Processamento do registro	447	V. MARCAS.....	463
5.3. Vigência da patente.....	448	1. Conceitos.....	463
5.4. Proteção conferida pela patente...	448	2. Classificações	464
5.5. Nulidade da patente.....	449	3. Registro da marca.....	467
6. Transferência de privilégios de invenção. Licenças. Desapropriação. A invenção de interesse da segurança nacional.....	450	4. Efeitos do registro	468
6.1. Transferência de privilégio de invenção (cessão convencional)....	450	5. Proibições de registro.....	469
6.2. Oferta de licença. Licença de exploração (voluntária)	451	6. Nulidade do registro.....	473
6.3. Licença compulsória.....	452	7. Cessão convencional	474
6.4. Desapropriação	454	8. Perda do direito sobre a marca	474
6.5. Invenção de interesse da segurança nacional.....	455	VI. INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS	475
6.6. Retribuição anual	455	VII. CONCORRÊNCIA DESLEAL	477
7. Invento e contrato de trabalho	455	1. Elementos essenciais	477
7.1. Pertencem exclusivamente ao empregador.....	456	2. Crimes	480
7.2. Pertence exclusivamente ao empregado.....	457	2.1. Publicar afirmação falsa	480
7.3. Propriedade comum	457	2.2. Divulgar informação falsa.....	481
7.4. Relações entre os trabalhadores autônomos, os estagiários e as empresas.....	457	2.3. Empregar meio fraudulento para desviar clientela	482
		2.4. Usar expressão ou sinal de propaganda alheios.....	483
		2.5. Usar nome comercial, título de estabelecimento ou insígnia alheios.....	484
		2.6. Substituir, pelo seu, o nome ou a razão social de outrem	486
		2.7. Falsa atribuição de recompensa ...	486
		2.8. Fraude em embalagens alheias	487
		2.9. Suborno ativo de empregado.....	487
		2.10. Suborno passivo de empregado ...	488
		2.11. Violação de segredo obtido mediante relação contratual ou empregaticia	488

2.12. Violação de segredo obtido mediante fraude.....	489	2.15. Uniformização internacional dos contratos.....	533
2.13. Falsa atribuição de patente	489	2.16. Vícios ou defeitos na formação do contrato. A lesão	536
2.14. Divulgar ou explorar, sem autorização, resultados de testes.....	490	3. Classificação dos contratos	539
VIII. QUADROS SINÓTICOS	490	3.1. Contratos unilaterais, bilaterais e plurilaterais	539
IX. JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA...	500	3.2. Contratos consensuais e reais....	541
Capítulo 5			
CONTRATOS EMPRESARIAIS			
I. INTRODUÇÃO	510	3.3. Contratos típicos e atípicos	541
II. PARTE GERAL.....	511	3.4. Contratos solenes e não solenes (formais e informais).....	542
1. Evolução do contrato	512	3.5. Contratos onerosos e gratuitos....	542
1.1. Concepção clássica de contrato .	512	3.6. Contratos comutativos e aleatórios	543
1.2. Concepções modernas	513	3.7. Contratos principais e acessórios...	543
Dirigismo contratual.....	513	3.8. Contratos de execução instantânea, diferida e sucessiva...	543
1.3. Função social do contrato	515	3.9. Contratos de adesão	544
1.4. Tipicidade legal e social.....	516	4. Interpretação e prova dos contratos....	545
2. Formação dos contratos. Modalidades de contratação	517	4.1. Interpretação	545
2.1. Requisitos do contrato: capacidade e legitimação.....	517	4.2. Integração	548
2.2. Oferta e aceitação	518	4.3. Prova	548
2.3. Relações contratuais de fato	520	III. CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	548
2.4. Contratos entre presentes e entre ausentes	521	1. Compra e venda	549
2.5. Oferta ao público	522	1.1. Conceito	549
2.6. Contratos obrigatórios (dever de contratar)	523	1.2. Elementos essenciais	549
2.7. Contrato de adesão	524	1.2.1. Coisa	550
2.8. Contrato preliminar	525	1.2.2. Preço.....	551
2.9. Contratos a favor de terceiro	526	1.2.3. Consentimento	552
2.10. Contratos com pessoa a declarar ...	526	1.3. Direitos e obrigações das partes.....	553
2.11. Comércio eletrônico.....	527	1.3.1. Obrigações do vendedor....	554
2.12. Contratos eletrônicos.....	528	1.3.2. Obrigações do comprador	556
2.13. <i>Smart Contracts</i> (contratos inteligentes)	531	1.4. Modalidades específicas	558
2.14. Novas figuras contratuais.....	533	1.4.1. Retrovenda	558
		1.4.2. Compra e venda sob amostras	558
		1.4.3. Compra e venda condicional (a contento e sujeita a prova)	559

1.4.4. Contrato de fornecimento	559	5.5.4. Cláusulas facultativas e outras disposições	588
1.4.5. Vendas públicas	560	5.5.5. Inadimplemento e mora	588
1.4.6. Vendas sobre documentos.....	561	5.5.6. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor....	593
1.4.7. Preferência ou preempção.....	561	6. Depósitos. Armazéns Gerais.....	593
2. Contrato estimatório (Consignação)	562	6.1. Conceito	593
2.1. Conceito	562	6.2. Qualificação jurídica.....	593
2.2. Natureza jurídica	562	6.3. Objeto do contrato.....	594
2.3. Elementos	563	6.4. Classificação	594
3. Distribuição (Concessão comercial)	563	6.4.1. Voluntário e necessário....	594
3.1. Conceito de distribuição	563	6.4.2. Regular e irregular	595
3.2. Contrato de distribuição.....	564	6.5. Obrigações das partes.....	595
3.3. Concessão de venda de veículos automotores terrestres	566	6.6. Extinção do contrato	596
4. Locação comercial.....	568	6.7. Depósito em armazéns-gerais e em armazéns agropecuários	596
4.1. Conceito	568	7. Depósito bancário	599
4.2. Requisitos da renovação compulsória da locação.....	569	7.1. Conceito	599
4.3. Casos em que não cabe a renovação compulsória	570	7.2. Depósito bancário e mútuo.....	599
4.4. Revisão de aluguel.....	571	7.3. Características	599
4.5. Cláusulas nulas	571	8. Conta corrente e conta corrente bancária.....	600
4.6. Locação em <i>shopping center</i>	571	8.1. Contratos de conta corrente	600
4.7. Locação e contratos <i>built to suit</i> ...	572	8.2. Características	600
5. <i>Leasing</i> (arrendamento mercantil).....	574	8.3. Contas bancárias	601
5.1. Origem	574	9. Penhor.....	602
5.2. Mecanismo operacional, utilidade e função	576	9.1. Conceito	602
5.3. Natureza jurídica	576	9.2. Direitos e obrigações das partes ...	603
5.4. Modalidades específicas	579	9.3. Modalidades específicas	604
5.4.1. <i>Leasing</i> financeiro, <i>lease-back</i> e <i>leasing</i> residencial.....	580	9.4. Extinção do contrato	606
5.4.2. <i>Leasing</i> operacional	581	10. Alienação fiduciária em garantia.....	607
5.5. Regime jurídico	581	10.1. Origem e Conceito	607
5.5.1. Sujeitos do contrato.....	581	10.1.1. Distinção entre garantias afins.....	608
5.5.2. Objeto do contrato	582	10.2. Características	609
5.5.3. Cláusulas obrigatórias....	582	10.2.1. Instrumento do contrato ..	610
		10.2.2. Caráter acessório da alienação fiduciária.....	611
		10.3. Partes	611

10.4. Coisa.....	612	15.2.3. Obrigações do remetente e do transportador	653
10.4.1. Bens móveis.....	612	15.2.4. Responsabilidade do transportador	653
10.4.2. Bens imóveis.....	615	15.2.5. Direitos e obrigações do destinatário.....	654
10.5. Mora e inadimplemento	616	15.3. Formas de transporte.....	654
10.5.1. Bens móveis.....	617	16. Seguro	655
10.5.2. Bens imóveis.....	622	16.1. As bases técnicas da operação de seguro.....	655
10.6. Ações judiciais.....	624	16.2. Natureza jurídica	656
10.6.1. Bens móveis.....	624	16.3. Fontes do direito dos seguros	658
10.6.2. Bens imóveis.....	626	16.4. Espécies de seguros	660
10.6.3. Penhora sobre direitos do devedor fiduciante....	628	16.4.1. Seguros de dano	660
10.7. Agente de garantia	628	16.4.1.1 Seguro de responsabilidade civil facultativo e obrigatório: distinções	662
11. Mandato.....	629	16.4.2. Seguros sobre a vida e a integridade física	665
11.1. Conceito	629	16.5. Elementos do contrato.....	666
11.2. Características	630	16.6. Partes	671
11.3. Direitos e obrigações das partes	631	16.7. Intermediários. Os corretores de seguros	672
11.4. Extinção. Mandato irrevogável...	633	16.8. Instrumentos contratuais.....	673
12. Agência (Representação comercial autônoma).....	635	16.8.1 Proposta	673
12.1. Conceito	635	16.8.2. Apólice	673
12.2. Função do contrato e distinção entre contratos afins	636	16.9. Cosseguro, resseguro e retrocessão.....	674
12.3. Qualificação jurídica e elementos do contrato.....	638	16.10. Prescrição	676
12.4. Obrigações das partes.....	639	17. <i>Factoring</i> (Faturização).....	677
12.5. Resolução do contrato. Prescrição	641	17.1. Características	678
13. Comissão	643	17.2. Remuneração do <i>factor</i> (faturizador)	680
13.1. Conceito	643	18. <i>Engineering</i>	680
13.2. Direitos e obrigações das partes ...	643	19. Cartões de Crédito	681
13.3. Comissão <i>del credere</i>	645	19.1. Natureza jurídica	682
14. <i>Franchising</i> (Franquia empresarial).....	645	19.2. Estrutura contratual	683
14.1. Conceito e características.....	645	19.3. Uso indevido ou abusivo do cartão de crédito	686
15. Transporte	649		
15.1. Transporte de pessoas	650		
15.2. Transporte de coisas.....	652		
15.2.1. Meio empregado	652		
15.2.2. Elementos do contrato....	653		

IV. QUADROS SINÓTICOS	687	5. O processamento do pedido de recuperação	785
V. JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA...	712	5.1. Recorribilidade da decisão que defere o processamento da recuperação judicial	792
1. Súmulas.....	712	6. O plano de recuperação judicial.....	793
2. Jurisprudência	713	7. Meios de recuperação.....	795
Capítulo 6			
RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA			
I. INTRODUÇÃO	749	8. Procedimento de recuperação judicial....	798
II. A QUEM SE APLICA A LEI.....	752	8.1. A exigência de certidão de regularidade fiscal	802
III. DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA	759	8.2. A concessão da recuperação judicial.....	805
1. Foro competente.....	759	8.2.1. Efeitos da concessão.....	806
2. O Ministério Público.....	760	8.3. Encerramento do processo de recuperação judicial	811
3. Verificação de crédito.....	762	8.4. O financiamento do devedor e do grupo devedor durante a recuperação judicial	811
4. Órgãos da Recuperação Judicial e da Falência	765	9. Recuperação Judicial das microempresas e empresas de pequeno porte (ou Recuperação Judicial Especial).....	812
4.1. Administrador judicial	765	10. Convolação da recuperação judicial em falência.....	814
4.2. Comitê de Credores.....	769	V. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	816
4.3. Assembleia-geral de credores	771	1. Introdução.....	816
4.3.1. Voto	772	2. Requisitos.....	816
4.3.2. Composição	773	3. O plano de recuperação extrajudicial ..	816
4.3.3. Quórum de deliberação.	773	4. Modalidades de recuperação extrajudicial.....	817
5. Conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial	774	5. Procedimento.....	818
IV. RECUPERAÇÃO JUDICIAL	774	6. Efeitos da homologação	819
1. Introdução.....	774	VI. FALÊNCIA	819
2. Legitimidade ativa	775	1. Introdução.....	819
2.1. O empresário rural	777	2. Fase preliminar ou declaratória da falência	821
2.2. Grupos societários	778	2.1. Pressupostos do estado falimentar.....	821
2.2.1. Consolidação processual	778	2.2. Quem pode pedir a falência do devedor?	822
2.2.2. Consolidação substancial	779	2.3. As causas do pedido de falência ...	827
3. Créditos abrangidos e créditos excluídos	779	2.3.1. Impontualidade	827
3.1. Créditos abrangidos	779		
3.2. Créditos excluídos	781		
4. O pedido de recuperação judicial	781		

2.3.2. Atos de falência	828	4.3.6. Contas correntes.....	842
2.4. Onde se pede falência (foro competente).....	830	5. Arrecadação, realização do ativo e pagamento do passivo	843
2.5. O juízo da falência	830	5.1. Arrecadação	843
3. A sentença judicial da falência	831	5.1.1. Ação revocatória.....	844
3.1. Recursos contra a sentença.....	833	5.1.2. Ação de restituição	845
3.2. Sentença denegatória da falência.....	833	5.1.3. Embargos de terceiro.....	848
4. Efeitos da sentença que decreta a falência.....	833	5.2. Verificação e habilitação dos créditos	848
4.1. Efeitos em relação aos credores do falido	833	5.3. Realização do ativo.....	848
4.2. Efeitos em relação à pessoa e aos bens do falido e seus administradores	835	5.4. Pagamento dos credores – a classificação dos créditos	851
4.3. Efeitos em relação às obrigações do falido	838	5.5. O crédito tributário	853
4.3.1. Compra e venda.....	839	6. Fase pós-falimentar: a extinção das obrigações do falido	853
4.3.2. Contrato de locação.....	841	VII. INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL	855
4.3.3. Obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.....	841	VIII. QUADROS SINÓTICOS	858
4.3.4. Patrimônios de afetação ...	842	IX. JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA ...	873
4.3.5. Mandato	842	1. Súmulas.....	873
		2. Jurisprudência	873
		BIBLIOGRAFIA.....	893